



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

# ATA N.º 6 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Local:** Sala das Sessões dos Paços do Município

**Data:** 20/12/2017

**Iniciada às 16H30 e encerrada às 19H30**

**Aprovada em 08/01/2018 e publicitada através do Edital n.º 5/2018**

### ORDEM DO DIA

#### **I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E ANEXOS**

- 1. Autorização para Celebração de Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniãos e Juntas de Freguesia**
- 2. Norma de Controlo Interno**
- 3. Regulamento Interno de Fundos de Maneio**
- 4. Mapa de Pessoal para 2018**
- 5. Autorização Prévia no âmbito da LCPA**

#### **II. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**

- 1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018**
- 2. Mapa de Pessoal para 2018**

#### **III. AC, ÁGUAS DE COIMBRA, EM.**

- 1. Proposta de Tarifário de Águas e Saneamento para 2018**

A reunião contou com a presença de:

**Presidente:** Manuel Augusto Soares Machado  
**Vice-Presidente:** Carlos Manuel Dias Cidade  
**Vereadores:** Regina Helena Lopes Dias Bento  
Jorge Manuel Maranhas Alves  
Carina Gisela Sousa Gomes  
Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo  
Maria Madalena Eça Guimarães de Abreu  
Paulo Jorge Carvalho Leitão



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva  
Ana Maria César Bastos Silva  
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado, Secretariada pela Diretora do Departamento de Administração Geral, Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete, coadjuvada pelas Técnicas Superiores, Carla Patrícia de Oliveira Silveira e Maria Gabriela Neves Mendes. Após deliberação do ponto I. da Ordem do Dia, a secretária ausentou-se da reunião, tendo sido oportunamente substituída pela coadjuvante Carla Patrícia de Oliveira Silveira.



### ORDEM DO DIA

#### **PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA E ANEXOS**

- I.1 Autorização para Celebração de Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniãos e Juntas de Freguesia**
- I.2. Norma de Controlo Interno**
- I.3. Regulamento Interno de Fundos de Maneio**
- I.4. Mapa de Pessoal para 2018**
- I.5. Autorização Prévia no âmbito da LCPA**

Em conformidade com o Despacho n.º 50/PR/17, de 30 de outubro de 2017, do Sr. Presidente e com as posteriores propostas dos serviços municipais e dos Sr. Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2018 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra.

O Senhor **Presidente** recordou que foi, entretanto, tornada pública a Lei do Orçamento de Estado para 2018 (LOE) que será brevemente homologada pelo Senhor Presidente da República e que tem, obviamente, implicações sobre o orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2018 mas cujo impactos ainda não estão aqui considerados uma vez que a LOE ainda não está em vigor, designadamente os que resultam do descongelamento de carreiras, da cessação ou redução dos contratos precários e, eventualmente, a entrada em vigor do novo sistema de contabilidade pública autárquica. Disse, ainda, que da visão estratégica assumida para este projeto, e ouvidos que foram diversos parceiros e setores autárquicos, o que se pretende é, por um lado, a racionalização da administração autárquica municipal e a consolidação de uma tendência que vinha sendo desenvolvida com vista à descentralização administrativa sendo que, grande parte destas questões, ainda se encontram em fase de negociação política no âmbito da Assembleia da República e, por outro lado, os projetos a desenvolver no concelho. Assim, e a nível local as grandes opções políticas para 2018 dizem respeito à modernização administrativa, em parceria com a AIRC; ao apoio ao serviço social de transportes público, isto é, aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra bem como o desenvolvimento de políticas relevantes em diversas áreas. Assim, o Senhor Presidente destacou a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que foi aprovado e importa desenvolver já que, entre outras virtudes, beneficia de alocações financeiras significativas de fundos europeus; a possibilidade, que evidentemente irá depender de terceiros, de reabilitação do edificado classificado como Património Nacional



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

existente em Coimbra e que, lamentavelmente, a Direção Regional de Cultura tem mostrado dificuldade em executar; a hipótese de ser concedida à autarquia a gestão da Mata do Choupal como reserva florestal e em termos ainda a acordar. Neste documento é, ainda, patente uma forte preocupação com a solidariedade e o humanismo na governação da cidade, bem com uma forte intervenção nas áreas da cultura, do desporto, do conhecimento da educação e da juventude. O Senhor Presidente destacou, também, o facto do orçamento participativo figurar neste orçamento com uma dotação proposta e chamou a atenção para uma área onde as autarquias irão ser chamadas a intervir, nos termos em que a lei vier a definir, que tem a ver com a tragédia dos fogos florestais onde se propõe que as autarquias assumam a responsabilidade de proteção das comunidades contra os flagelos dos incêndios. Esta última questão ainda se encontra em fase de debate político e na última reunião realizada deste âmbito foi rejeitada uma pretensão de criar bandeiras de segurança das aldeias, explicou. Por outro lado, e não obstante a empresa Águas do Centro Litoral ter aumentado o preço por m<sup>3</sup> da água, na assembleia geral da AC, Águas de Coimbra EM foi decidido manter o preço da água e do saneamento. Assim terão de ser encontradas formas internas de racionalizar o funcionamento e a gestão e a rentabilidade da empresa de modo a que o tarifário não seja aumentado. Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e já depois da deliberação tomada por esta Câmara Municipal de reduzir a taxa do IMI, a Assembleia da República aprovou um adicional a este imposto pelo que os cidadãos irão ser confrontados com um aumento do imposto mas, alertou, o adicional em causa não reverte para os Municípios mas para a Segurança Social. No âmbito da gestão dos recursos humanos, e apesar de ainda não se encontrarem definidas quais as competências a transferir para os Municípios, verifica-se um alargamento do número de pessoal, ainda que contido. O Senhor Presidente disse que as demais propostas estão contidas no documento em análise que, curiosamente é mais extenso em número de páginas que o próprio Orçamento Geral do Estado o que lhe parece, no mínimo, curioso pelo que apelou a que, de futuro, se tente inverter esta situação.

O Senhor **Vereador José Silva** agradeceu e realçou a importância da reunião realizada na passada segunda-feira para discussão prévia deste tema que foi muito esclarecedora e decorreu de forma muito agradável. Contudo, afirmou que não teve tempo para uma análise cuidada e pormenorizada do documento uma vez que o mesmo apenas foi disponibilizado 48 horas antes desta reunião extraordinária. Ainda, assim o Movimento Somos Coimbra registou a existência de uma estratégia política relativamente à qual tem algumas discordâncias pelo que irá apresentar algumas propostas que gostariam de ver consideradas e que, naturalmente, teriam implicação na despesa e, nessa medida, obrigariam a refazer o documento com uma outra visão e estratégia o que, evidentemente, não esperam que venha a acontecer. As propostas foram agrupadas em grandes grupos ou temas e são, as seguintes, as matérias que gostariam de ver contempladas e que consideram um contributo positivo para os Municípios do concelho de Coimbra e para o funcionamento da própria Câmara Municipal:

Assim, e no que diz respeito à **QUALIDADE, RIGOR E TRANSPARÊNCIA**:

- Retomar a certificação externa de qualidade da Câmara, o que implica auditorias externas, e integrar a Rede de Autarquias Participativas, com uma melhoria global do funcionamento e resposta da Câmara.

- Como autoavaliação pedagógica, racionalização da gestão e correção orçamental, deverá ser aplicado o conceito de “orçamento de base zero” de forma prudente, faseada e sectorialmente ao longo do período de mandato, metodologia já estudada pela Câmara Municipal de Coimbra.

Quanto ao **DESENVOLVIMENTO E EMPREGO**, e por entender que nesta matéria o trabalho de proximidade é fundamental, são as seguintes as propostas que apresenta:

- Aumento em 50% das transferências das Juntas de Freguesia, que considera uma entidade inigualável em termos de proximidade e de perceção das necessidades das populações.

- Dinamizar e tornar competitivos o iParque e as zonas industriais na medida em que sem reindustrializar o concelho e sem se criar emprego este terá sempre uma capacidade limitada de desenvolvimento.

- Redução da Derrama e de Taxas Urbanísticas e dinamização efetiva do Gabinete de Apoio ao Investidor.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Gerir com rigor e em diálogo, dinamizar a cultura, a ciência e o turismo, aumentar a taxa de ocupação e rentabilizar o Convento São Francisco/Centro de Congressos.

Quanto à MOBILIDADE E TRANSPORTES, o Senhor Vereador propõe:

- Semaforização da rotunda do Almegue (trabalho a desenvolver em colaboração com a Infraestruturas de Portugal) o que se traduziria num extraordinário benefício aos munícipes que vivem na margem esquerda que, com um pequeno investimento, poderiam ter uma grande melhoria na sua qualidade de vida.

- Lançar a construção do Anel da Pedrulha para descongestionar o nó da Casa do Sal.

- Dinamizar estudos de integração do Sistema Metro do Mondego no espaço urbano. A Câmara Municipal deve ser um parceiro mas proactivo e, sobretudo, ter uma proximidade maior relativamente às questões técnicas que prevalecem e que são relevantes neste projeto que irão, certamente, atrasar a sua execução com evidente prejuízo das populações que por ele são servidos e da própria mobilidade e dos transportes na cidade.

Já no que diz respeito ao URBANISMO E CENTRO HISTÓRICO são estas as propostas:

- Plano integrado de Revitalização para a Baixa (“plano Marshall”), com um forte investimento, e um programa global de reabilitação urbanística, com arrendamento a custos controlados para atrair famílias para a baixa e com uma intervenção global a nível patrimonial, comercial, turística e cultural, de acessibilidades e de redução das taxas e taxinhas que as asfixiam.

- Início do processo de estudo da recuperação do Bairro Social Fonte do Castanheiro, com venda de habitações aos residentes que as queiram adquirir e recuperar.

- Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação/redução de taxas urbanísticas e de ocupação do espaço público.

No que diz respeito à CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA:

- Orçamento participativo de 500000 euros como forma de responder às reais necessidades das pessoas.

- Rede pedonal e ciclável ao longo do Mondego em todo o concelho de Coimbra e em integração com os concelhos limítrofes.

- Construção de piscinas fluviais no Mondego.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** referiu que, efetivamente é muito complicado analisar um documento desta dimensão e, mesmo no seu caso pessoal onde este trabalho foi feito com a colaboração de várias pessoas com formações em áreas diversas, foi um trabalho moroso e difícil. Por outro lado, e não obstante nada ter contra a disponibilização dos documentos em formato digital, considera que seria de perceção mais fácil se tivesse sido feito em papel. De seguida leu o seguinte documento o qual também se traduzirá na sua declaração de voto:

*“Em início de mandato, a proposta das GOP e Orçamento para 2018 do executivo do PS na Câmara de Coimbra mantém no essencial as características dos anteriores. Continua marcada pelos graves constrangimentos que ao longo dos tempos sucessivos governos traçaram contra a autonomia do poder local. Esta proposta é, desde logo, como caracterizámos GOP e Orçamentos anteriores, condicionada pela subtração de meios ao nível do financiamento das autarquias, pela criação de normas e preceitos legais que limitam a capacidade de execução e de intervenção dos órgãos autárquicos.*

*Para além destes constrangimentos diversos, comuns a todos os municípios, da responsabilidade de diferentes governos, embora particularmente agravados pelo anterior governo de direita, no Concelho de Coimbra, a gestão municipal pautou-se nos últimos anos e no anterior mandato por um centralismo presidencialista paralisador de serviços, longe das nossas conceções e práticas, não respondendo em tempo útil aos cidadãos e que afastou os munícipes da participação política. Agora que se inicia um novo mandato, esperamos que se altere profundamente esse cenário. A CDU continuará como sempre a pugnar pela transparência de procedimentos e decisões, pela discussão coletiva no quadro da colegialidade dos órgãos, promovendo-se a celeridade nas decisões e a proximidade aos munícipes.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*A proposta de GOP e Orçamento para 2018 não corresponde às grandes linhas de orientação política que a CDU defende desde sempre. Esta proposta consubstancia opções do executivo do PS com as quais não nos identificamos. Consideramos que não é este o caminho certo para a política de desenvolvimento do concelho de Coimbra.*

*A proposta do Partido Socialista continua, como aliás e desde há muito tem sido opção dos diversos executivos municipais, a ter uma lógica de gestão centralizadora. No conjunto de propostas para o concelho, nas opções tomadas não se vislumbra um modelo coerente de desenvolvimento de Coimbra. Assim, não há, com evidência, grandes opções que sejam âncoras ou peças de um modelo global e integrado de desenvolvimento de Coimbra, pensado para o futuro. O reforço do investimento, sendo à partida positivo, resulta da comparticipação no âmbito de vários programas europeus, parece não passar da concretização de obras desgarradas por falta de um fio condutor, de linhas de orientação claras de uma política concelhia. Não se dá ainda a importância devida às freguesias, dotando-as dos meios necessários para a concretização dos seus planos de intervenção, o que só será possível com um aumento mais significativo das verbas destinadas para a Descentralização e Apoio às Juntas de Freguesia.*

*A CDU insiste em que nesta matéria é necessário dar um salto significativo. Dotando as freguesias de verbas muito superiores aos cerca de 3 milhões agora previstos. É fundamental que se caminhe para alcançar o patamar de 10% na transferência de verbas para as freguesias. Registe-se ainda ao aumento de verbas em sede de GOP, terá de ser acompanhado pela garantia e concretização na prática o apoio dos serviços competentes do município na elaboração dos projetos para o seu possível início em tempo útil, ou seja, até ao final do primeiro trimestre de 2018. A CDU bater-se-á para que assim aconteça. Assume-se, e bem, a transferência de 1% do valor da colecta de IMI para as freguesias. Sublinhe-se o papel determinante dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal durante o anterior mandato para a sua concretização. Consideramos que não há quaisquer elementos que possam prever a redução do valor a coletar, pelo que no mínimo o valor a transferir para as freguesias deveria ter como base o valor do ano de 2017. Contudo, ainda assim também não é entendível o valor de facto inscrito que não corresponde a 1% da projeção. Exige-se que a transferência seja de facto no valor correspondente aquela percentagem, deste modo é esse valor previsível que deve constar do documento.*

*No respeitante ao Programa 02 008 “Aeródromo Municipal Bissaya Barreto” propõe-se a transformação deste equipamento num aeroporto civil comercial para receber tráfego internacional “charter” e “low cost”, que se afirma será uma peça crítica para a atratividade da cidade. Anuncia-se ainda que recorrendo a fundos europeus, este importante investimento representará para a Câmara um custo entre 1,5 milhões e 2 milhões euros. Perguntamos que estudos existem relativamente às questões técnicas para o cumprimento deste objetivo, quanto à sua viabilidade financeira, aprovação pelas entidades competentes, etc. Na verdade, parece-nos um voo sem pés assentes na realidade do concelho, da região e do país.*

*Em matéria da política cultural não basta reforçar um ou outro apoio a iniciativas culturais. A política cultural do concelho, muito mais que de uma política de apoios (necessários) requer uma visão global, envolvendo todos os seus parceiros e atores, como temos sempre pugnado.*

*No objetivo 04, Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento, da comparação entre os valores de 2017 e 2018, verifica-se que existe um aumento significativo para 'Animação' (04 005), assim como nas 'Iniciativas Culturais Relevantes' (04 006). Porém, existe do mesmo modo, um decréscimo significativo dos 'Apoios ao Associativismo Cultural', pelo menos e para já no que respeita a valores definidos.*

*Certamente que em ano de crescimento de investimento na área da cultura e património, não se irão diminuir os apoios aos agentes culturais da cidade. Note-se que neste elenco não há um único ponto dedicado ao desenvolvimento da atividade cultural.*

*Notamos com preocupação que relativamente à descrição dos projetos e ações necessários ao desenvolvimento do objetivo “Afirmção da Cultura (página 33) se repete a designação de algumas instituições e se omitem outras. Qual a razão para aqui não ser referida uma instituição fundamental na vida cultural da cidade, a “Escola da Noite”? Não podemos sequer equacionar a hipótese de haver alguma*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*intencionalidade face à inexistência ainda de acordo ou protocolo celebrado entre a Câmara e estes agentes culturais, só podendo tratar-se de um erro por esquecimento.*

*É necessário e urgente levar mais longe a reabilitação urbana. Esta tem de ser uma das prioridades, aproveitando os mecanismos e programas disponíveis. Programas como “Reabilitar para Arrendar”, quer na vertente destinada a arrendamento apoiado, quer para habitação acessível com custos controlados para realojamento com renda condicionada são instrumentos que a autarquia já utiliza e deve intensificar. O mesmo se refere para candidaturas consequentes inseridas no PEDU ou em outros programas no âmbito do Quadro Portugal 2020. A aquisição de imóveis com especial incidência no Centro Histórico para após reabilitação colocar a arrendamento ou venda a custos controlados tem de ser uma das principais opções. Regista-se como positivo o aumento de verbas a afectar à Promoção da Habitação e à Reabilitação Urbana que resulta de candidaturas a programas específicos.*

*Em relação à política de transportes públicos, a que se dará atenção mais pormenorizada em sede de discussão das GOP e Orçamento dos SMTUC, têm de se prosseguir, consolidar e reforçar meios materiais e humanos para o cumprimento de uma função social primordial que tem de ser sempre garantida na esfera pública pelo município numa lógica de modernização, fiabilidade, alargamento da oferta, possibilitando a todos os munícipes sem excepção a possibilidade de usufruírem deste serviço. Há assim que continuar a apostar no transporte público, afastando os SMTUC de vez do caminho para a degradação e abismo a que foi conduzido até ao início do anterior mandato autárquico.*

*Dada a alteração a nível nacional do quadro legal, designadamente através das Leis do Orçamento Geral do Estado desde 2016, que abriram algumas, ainda que tímidas, possibilidades de contratação de pessoal, há que romper com o processo de redução e envelhecimento do pessoal das autarquias. Esse processo foi intencional, visava a paralisação dos serviços públicos, a sua condenação pelos cidadãos para facilitar a abertura a interesses privados. Como sempre defendemos, devemos e é urgente, em matéria de pessoal autárquico, reforçar as unidades orgânicas, com particular acuidade para os sectores mais carenciados, que prestam serviços essenciais à população, como são os sectores da higiene, parques e jardins, obras, transportes, bombeiros municipais e outros. Foram dados passos neste sentido com a abertura de concursos de admissão de pessoal. Mas são ainda insuficientes, têm que ser continuados e reforçados, até à reversão da externalização de serviços fundamentais.*

*Saliente-se ainda a necessidade – que não se vê devidamente encarada – de suprir as enormes carências ao nível de materiais e equipamentos de diferentes serviços da autarquia, designadamente os mesmos anteriormente elencados com falta de pessoal, para dar responder às exigências da população.*

*Relativamente ao objetivo 05 - Cidade Educativa, do Desporto e da Juventude colocam-se-nos algumas dúvidas. Qual a razão para o subfinanciamento do Pré-Escolar? E ao quanto ao programa 05 007, questionamos as políticas de Juventude ou para a Juventude deste Concelho, onde não há um Conselho Municipal de Juventude. Desde logo tal ausência de pensamento nesta área traduz-se na própria designação do programa: “Juventude, Lazer e Prevenção de Toxicodependências”. Condenamos firmemente a associação da Juventude às toxicodependências, quando ao invés deviam ser equacionadas políticas positivas compatíveis com a força, a esperança, o dinamismo e a capacidade criativa dos mais jovens.*

*Questionamos aqui o que se pretende com o objetivo/ programa 06 001 – Coimbra, Cidade Promotora de Saúde. Está a Câmara a preparar-se para receber delegação de competências do estado central nesta área, no âmbito da futura Lei-Quadro da Descentralização e da alteração à Lei das Finanças Locais? Como é conhecido, e por diversas vezes o manifestámos, somos contrários a essa delegação de competências, que independentemente de valores a alocar, deverão caber ao Estado central.*

*Temos a consciência de múltiplos constrangimentos, a que já referimos, que tornam apertados os espaços para a concretização das políticas de desenvolvimento que urge executar e que devam ter correspondência nas opções das GOP e Orçamento. Contudo, e embora reconhecendo alguns passos positivos, embora tímidos, em áreas fulcrais, já anteriormente referenciados, consideramos que com os mesmos meios era possível trilhar outro caminho bem diferente deste que compromete o desenvolvimento do concelho.*

*A CDU, criticando opções do PS tomadas num quadro de gestão e de definição de políticas para o concelho que não são as que defende, não votará favoravelmente as GOP e o Orçamento para 2018 do Concelho de Coimbra.”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Vereador Paulo Leitão** recordou que aquando da aprovação do Regimento da Câmara Municipal, na sequência de uma proposta apresentada pelo Movimento Somos Coimbra que ia no sentido de alargamento do prazo de distribuição dos documentos para as reuniões do Executivo, ficou acordado que os elementos relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento seriam disponibilizados com uma maior antecedência face à grande complexidade da matéria em questão. Por essa razão estranhou que a agenda para esta reunião extraordinária tenha sido disponibilizada com um espaço de tempo tão curto, em total desrespeito quer pela Lei, quer pelo Regimento, manifestando um total desrespeito pelo trabalho dos vereadores sem pelouro. Assim, informou que votará contra todos os pontos desta reunião extraordinária e realçou que esta reunião apenas se realiza em virtude da boa vontade de todos os Vereadores da oposição. Relativamente ao documento propriamente dito o Senhor Vereador afirmou que este orçamento é, em tudo, semelhante aos anteriores orçamentos deste Executivo e disse que comungava de alguns dos pontos de vista defendidos quer pelo Senhor Vereador José Silva, quer pelo Senhor Vereador Francisco Queirós, nas intervenções que o antecederam, designadamente no que diz respeito ao projeto do aeroporto, relativamente ao qual são atribuídos 12 milhões de euros sem que seja apresentado qualquer estudo ou argumentação. Disse que, por tudo isto e uma vez que lhe parece que este dossier não está a ser gerido como deveria, teme que o mesmo venha a ser objeto de ridicularização para aquilo que são as reais ambições do concelho. A este propósito lembrou que, segundo estudos realizados pela Câmara Municipal de Leiria relativamente à adaptação da Base Aérea de Monte Real à aviação civil, e somente no que diz respeito à construção do hangar uma vez que as restantes infraestruturas já existem, as obras necessárias rondam os 20 milhões de euros. Estranha, por isso, o valor inscrito em orçamento para este projeto e a falta de fundamentação técnica que a sustente. Disse que também não consegue perceber o facto de não estarem previstas ações relativamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego uma vez que aquando da apresentação do projeto pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e Planeamento, no último mês de junho, foi anunciado que o projeto teria o prazo de um ano pelo que se deveria entrar em obra no segundo semestre de 2018. Assim, e não existindo nenhuma referência a este projeto no orçamento para 2018, teme que o cronograma previsto não seja cumprido a não ser que não exista ainda necessidade de intervenção da autarquia nesta fase do processo, ressaltou. No que diz respeito aos investimentos plurianuais assumidos para este mandato não é crível que os valores propostos sejam realizáveis uma vez que existe uma grande discrepância entre os propostos para 2018, de 35 milhões de euros, e os de 2019 a rondar mais do dobro. Parece-lhe, portanto que não existiu qualquer tipo de critério e rigor no faseamento destes investimentos e, em última análise, verificou-se uma tentativa de os adiar no tempo. Não acredita, continuou, que a Câmara Municipal tenha capacidade de execução de todos os projetos previstos para 2019 como é o caso do Aeroporto, do Anel da Pedrulha e algumas variantes viárias na zona de São Martinho do Bispo. No que diz respeito ao orçamento participativo, que dá especial relevo ao Centro Histórico, estão previstos apenas 10€ e o Senhor Vereador disse não perceber o que é que se pretende fazer com esta verba irrisória. Lamentou, por isso, que ao invés de ser um documento inovador e que represente um virar de página este orçamento e as grandes opções do plano se traduzam na mera continuidade daquilo que foram os últimos quatro anos.

A Senhora **Vereadora Madalena Abreu** disse que são vários os projetos onde está inscrita uma verba de 10€ como é o caso do Sistema de Mobilidade do Mondego, do IParque e outros. Assim, e face a estes valores, gostaria de saber quais são os planos da autarquia para estes projetos, designadamente no que diz respeito ao empreendedorismo, à inovação e aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. Relativamente ao aeroporto internacional a Senhora Vereadora lembrou que três meses antes da campanha eleitoral o Senhor Presidente defendia a abertura do aeroporto de Monte Real à aviação civil para, em plena campanha eleitoral, apresentar a proposta de transformação do aeródromo Bissaya Barreto. Não consegue perceber como é que isso irá ser feito pelo que gostaria de saber quais os estudos que existem relativamente a esta matéria e qual o investimento necessário. Outras questões que gostaria de ver respondidas diz respeito às dotações propostas para os sem abrigo, para fazer face às vagas de frio que se avizinham e equipamento que irá ser instalado para esse efeito. Ainda em relação aos números a Senhora



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Vereadora perguntou quantas empresas se irão constituir no próximo executivo e quantos empregos elas irão criar uma vez que esse é um compromisso assumido no início do documento mas que depois não é operacionalizado em termos de capacitação financeira e não é explicado como é que esse objetivo irá ser conseguido.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** frisou que, obviamente, nenhum orçamento satisfaz aqueles que têm que governar e gerir recursos e, nessa medida, não está satisfeito com as verbas atribuídas às áreas que estão sob a sua responsabilidade. Importa, contudo, perceber que é necessário governar com equilíbrio, com respeito pela legislação em vigor e pelas dificuldades financeiras da Câmara Municipal e do País e fazendo opções. De seguida, no que diz respeito aos pelouros que lhe estão atribuídos, o Senhor Vereador disse que, no que concerne à educação, existe uma aposta clara no programa de prevenção do abandono escolar e promoção do sucesso educativo, que é financiado por fundos comunitários e pela Comunidade Intermunicipal, que irá abranger todos os graus de ensino, desde o 1.º ciclo até ao ensino secundário e profissional, que terá como parceiros todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, será executado num universo de três anos e terá um investimento de 800 mil euros. É um programa que tem um conjunto diversificado de ações que oportunamente serão submetidas a aprovação da Câmara Municipal daí que estejam previstas algumas ações com dotação de 10€ uma vez que as mesmas poderão ser integradas neste programa que terá início em 2018. Quanto às funções essenciais na área da educação, o Senhor Vereador disse que as refeições escolares irão ser objeto de reforço da equipa de monitorização, situação que já está contemplada no mapa de pessoal, e os transportes escolares irão ser alargados a mais alunos. Quanto às obras nas escolas, estão previstas diversas intervenções, como é o caso da recuperação da Escola dos Casais, o início da intervenção das Escolas do Bairro Norton de Matos e da Casconha bem como a construção do refeitório da Escola de Almas de Freire. Os protocolos com as Juntas de Freguesias também contemplam pequenas reparações e manutenção do espaço escolar que se traduzem numa transferência de verbas para as freguesias na ordem dos 260 mil euros. Encontra-se ainda previsto um programa que considera essencial, que é um programa de atividades inovadoras educacionais cujo objetivo é que possa ser executado a partir do ano letivo 2018/2019, apoiando iniciativas de caráter inovador nos vários graus de ensino e desenvolvidas pelas Associações de Pais e pelos Agrupamentos de Escolas. Em matéria de ação social escolar o Senhor Vereador disse que a aposta continua a ser, à semelhança do anterior mandato, o apoio social de proximidade, envolvendo, nas Comissões Sociais de Freguesia, 400 parceiros, designadamente as IPS'S e as Associações Recreativas e Culturais, sob coordenação das Juntas de Freguesia. Quanto ao Fundo Municipal de Emergência Social, que apoia as famílias mais carenciadas, verifica-se um aumento na respetiva dotação, que passa a ser de 120 mil euros anuais, disse. Relativamente aos idosos, o Senhor Vereador disse que se mantinha em funcionamento o Programa de Teleassistência "A Voz Amiga" em estreita articulação com as forças de segurança e IPS's locais e irão ser distribuídos e colocados 142 novos equipamentos em todas as freguesias. Informou, ainda, que irá entrar em funcionamento a Comissão Municipal de Proteção e Apoio aos Idosos. Encontra-se também prevista a entrada em vigor de um novo programa, "Coimbra Segura", que tem a ver com policiamento de proximidade e visibilidade e uma lógica de apoio ao mais idosos que, numa primeira fase, atuará na Baixa e Alta da Cidade, e envolverá a Polícia Municipal, a Divisão de Ação Social e a PSP ou a GNR, conforme o respetivo âmbito de atuação. É um programa que eventualmente terá dotação de 10,00€, ou pouco mais, e, na verdade, não necessita de mais para o seu funcionamento uma vez que os gastos com os recursos humanos envolvidos estão previstos nas rubricas próprias. Por outro lado, e no que diz respeito à estratégia nacional de apoio aos sem abrigo, o Senhor Vereador considera que, nesta matéria, o importante é manter em funcionamento o trabalho que já está implementado e está a ser realizado em parceria com várias instituições reforçada, naturalmente, com o papel que cabe, às diversas instituições do Estado que têm, necessariamente, de começar a intervir diretamente no terreno à semelhança do que já fazem as IPS'S. Acrescentou que a Câmara Municipal é parceira ativa em vários programas que trazem uma mais-valia ao apoio aos mais carenciados como é o caso do Contrato Local de Desenvolvimento, o programa Coimbra Mais Futuro que tem várias ações que se podem traduzir numa melhoria na área do emprego para os mais





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

carenciados e referiu, ainda, que existem vários programas financiados pela Comunidade Intermunicipal na área da igualdade e cidadania que poderão, naturalmente, potenciar as intervenções neste domínio. Na área da proteção civil, o Senhor Vereador destacou que a Companhia de Bombeiros Sapadores irá ser reforçada com mais 22 elementos, graças ao Orçamento de Estado do ano anterior que permitiu a abertura destes concursos. Está também prevista a aquisição, com financiamento do POSEUR, de um autotanque tático, no valor de 180 mil euros, e de uma nova ambulância. Disse que está também em fase de execução a aquisição de um novo fardamento cujo investimento ronda os 40 mil euros mas que é fundamental na medida em que irá permitir poupar nos equipamentos de proteção individual. Encontra-se também dotado um programa de limpeza de caminhos e aceiros que irá ser executado pela Companhia de Bombeiros Sapadores em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia. Confessou que, evidentemente, nestas áreas os orçamentos são sempre pequenos mas entende que este é um documento que define prioridades e, em função dessas prioridades, tem a dotação necessária para poder trabalhar e foi nesta perspetiva que o Senhor Vereador defendeu na altura própria.

O Senhor **Vice-Presidente** lembrou que existem um conjunto de condicionamentos, quer legais quer financeiros, que causam alguns constrangimentos nesta matéria e que conduziram às opções políticas que aqui estão assumidas. Certamente que os Senhores Vereadores da oposição não esperam, disse, que o Partido Socialista não respeite a vontade dos coimbricenses que se manifestaram inequivocamente nas últimas eleições autárquicas e validaram estes projetos. Naturalmente que o que aqui está expresso é esse compromisso que foi assumido na campanha eleitoral. Esta é a linha de orientação deste Executivo sem deixar de reconhecer, evidentemente, todos os contributos que tenham alguma credibilidade possam, por isso, ser considerados e analisados. Por outro lado, e em grande parte em virtude de alteração da legislação nesta matéria, contrariamente ao que acontecia com alguma frequência no passado, este orçamento é um instrumento financeiro elaborado com o máximo rigor em que a despesa se adequa à receita efetiva. Quanto às áreas que tutela, o Senhor Vereador disse que, no que tem a ver com a gestão urbanística o grande desígnio para 2018, diz respeito à modernização administrativa uma vez que os objetivos definidos para o ano de 2017 foram alcançados, como se verificará no Relatório de Atividades o que, evidentemente é também um reflexo da recuperação económica do País. No que diz respeito ao ambiente, o Senhor Vereador, salientou o reforço do equipamento e a forte colaboração que se estabeleceu com as Juntas de Freguesia e garantiu que grande parte dos autarcas das freguesias, independentemente do Partido Político que representam, já manifestaram vontade de assumirem mais responsabilidades na limpeza urbana. No que concerne aos espaços verdes, confessou que tem estado a ser feito um esforço no sentido da melhoria das zonas verdes do concelho e ajardinamento de algumas áreas que estavam um pouco esquecidas e, para tal, a referida Divisão irá ser objeto de reforço de meios humanos em resultado de concursos que estão na sua fase final de resolução. Para além da manutenção da política que se tem levado a efeito na área do desporto, o grande objetivo para 2018 é, evidentemente, garantir o sucesso dos Jogos Europeus Universitários, em parceria com a Universidade de Coimbra, a Associação Académica de Coimbra e a Federação Académica do Desporto Universitário sem descurar a preparação de dois novos programas municipais que apoiam os clubes e os atletas, disse. Já no que diz respeito à gestão dos mercados o Senhor Vereador disse que a elaboração do projeto de refuncionalização do Mercado Municipal D. Pedro V está em fase de conclusão, com o objetivo de introduzir naquele espaço comercial uma nova dinâmica. Finalmente o Senhor Vereador confessou que quando iniciou funções de Vereador, à época na oposição ao Executivo camarário, também estranhou a existência de rubricas dotadas com 10€. Hoje compreende que esta circunstância é fundamental pois se a rubrica não estiver aberta existem projetos que poderão não se realizar.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** subscreveu as intervenções do Senhor Vice-Presidente e do Senhor Vereador Jorge Alves, designadamente no que diz respeito aos limites de um documento como este e ao facto de, na verdade, existir sempre alguma insatisfação por parte de quem tem de o gerir. Ainda assim, a Senhora Vereadora realçou o facto de, todos os anos, se verificar alguma expectativa de reforços orçamentais



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

em resultado da transferência do saldo da gerência. Não obstante, as dificuldades assinaladas, a Senhora Vereadora reconheceu que existe algum reforço do investimento na área da cultura, designadamente no que diz respeito ao Programa Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento e à dinamização e promoção do turismo. Para além deste reforço verifica-se, também, a inscrição de novos projetos que correspondem a compromissos assumidos em sede de campanha eleitoral, como é o caso da criação de rede de “Lojas com História”, programa a desenvolver entre as áreas da cultura e do urbanismo, e da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura. Sublinhou, também, que existem projetos que não envolvem, no imediato, despesa direta por parte da Câmara Municipal como é, aliás, o caso deste último projeto, o que não invalida que a rubrica tenha de estar aberta para se poder dar início ao projeto, como muito bem disse o Senhor Vice-Presidente. Evidentemente que isso não implica que não tenha de ser feito um maior investimento em termos de recursos humanos daí que, nas áreas que lhe estão delegadas, estejam concursos abertos para postos de trabalho na equipa de projeto do Convento São Francisco e para um projeto, que presumivelmente só se irá realizar em 2019, que tem a ver com a criação de um observatório cultural e turístico, que implica a contratação de pessoal com formação específica na área da cultura, do turismo e da análise estatística. Relativamente ao programa de apoio ao associativismo cultural, a Senhora Vereadora esclareceu que a respetiva rubrica apresenta, para além da dotação que já está definida, uma dotação não definida e, nesse sentido, importa prestar uma informação relevante e que diz respeito à consulta efetuada às associações culturais relativamente ao período de abertura às candidaturas ao associativismo cultural. Este período, nos últimos 3 anos, decorreu entre 1 e 31 de março e, agora, muitas associações solicitaram que o período fosse prolongado, pelo menos mais 10 dias, de forma a permitir a realização das respetivas assembleias gerais. Ora, não obstante a sua intenção ser precisamente a oposta, no sentido de permitir atribuir os subsídios mais cedo entende que, neste caso, se deve levar em atenção a pretensão das associações. Esta circunstância permitirá, precisamente, reforçar esta rubrica por via da transferência do saldo de gerência. Salientou, ainda, que o objetivo, e a tendência dos últimos anos demonstra-o, reforçar os apoios às associações culturais, sejam elas profissionais ou amadoras.

A Senhora **Vereadora Paula Pego** disse que, obviamente, este documento traduz as opções políticas que foram feitas e as prioridades definidas, pelo que lamentou que não estejam aqui contempladas ações na área do desporto, da saúde e da alimentação saudável neste eixo prioritário de uma política integrada ao nível das escolas. É uma opção legítima, como é evidente, mas na qual não se revê e defendeu que o Executivo deveria fazer uma aposta clara e integrada numa política de desporto e saúde, que envolva os vários agentes do terreno de forma a ter ganhos em saúde retirando, inclusivamente, uma mais-valia dos Jogos Europeus Universitários que se vão realizar. Uma outra área que não é uma prioridade deste documento é o aprofundamento da democracia uma vez que este é um orçamento que, ao contrário do Orçamento de Estado, não acentua a importância dos orçamentos participativos. Por último, a Senhora Vereadora referiu que na opção “Cidade solidária e humanista” está prevista a função social do transporte público, com o subsídio de exploração aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e mais alguns compromissos na área do transporte público, o que é de saudar, bem como a transferência para as Juntas de Freguesia. Contudo, estas ações consomem praticamente toda esta ação e considera que seria importante que ela se estendesse a outros projetos.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** saudou toda a equipa de trabalho por este documento e pelo volume de trabalho que ele implica num ano de eleições em que a exigência é, naturalmente, maior e que a apresentação do orçamento poderia ter sido remetida para o próximo ano. Por essa razão e por ser um instrumento de trabalho tão relevante e estruturante acompanha os Senhores Vereadores que afirmaram que não tiveram tempo suficiente para o analisar convenientemente. Acrescentou que, do seu ponto de vista, mereceria mesmo a realização de uma fase intercalar de reflexão para bem da própria cidade. No que diz respeito ao documento propriamente dito, a Senhora Vereadora realçou o facto do Convento São Francisco não estar a ser devidamente rentabilizado não obstante ser um equipamento com condições ímpares. Por outro lado, a



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

receita prevista para 2018 ascenderá ao montante de 635 mil euros que inclui uma parcela que está incluída no pacto da CIM da Região Centro de 425 mil euros. Verifica-se, portanto, uma receita efetiva de 210 mil euros o que, no seu entender, é manifestamente pouco relativamente às despesas que estão previstas, nomeadamente aquelas que estão diretamente ligadas à atividade e funcionamento o que poderá vir a ser muito prejudicial para aquele equipamento cultural. Já no que diz respeito ao Metro Mondego, a Senhora Vereadora manifestou alguma preocupação na medida em que, supostamente, faltam apenas três anos para a entrada em funcionamento deste novo sistema de transporte estruturante para a cidade pelo que é fundamental pensar nos respetivos estudos de integração. Assim, estranhou que não esteja qualquer verba prevista nesse sentido na medida em que é um projeto que poderá ser de grande relevância para a cidade e que pode marcar pela diferença já que é o primeiro grande investimento a nível nacional e dos primeiros a nível europeu de um sistema de transportes deste género. Lamentou, também, o facto de se verificar algum desinvestimento na rede rodoviária, quer estruturante, quer complementar. Na verdade, para 2018 estão apenas previstos valores perfeitamente residuais já que a grande incidência foi transferida para 2019, como o Senhor Vereador Paulo Leitão salientou, e não percebe por que razão não foi feita uma distribuição mais equilibrada. Reforçou o grande inconseguimento que é a Rotunda do Almegue e pensa que chegou a altura de resolver aquele problema em benefício das pessoas que circulam naquela zona e entram na cidade por aquela via. Outro aspeto que considera importante tem a ver com o IParque. Não há dúvidas que se trata de uma aceleradora da cidade para efeitos empresariais e que dela muito depende o desenvolvimento económico e instalação de novas empresas na cidade pelo que também ficou surpreendida com a falta de previsão de orçamentação para o próximo ano e para os seguintes. Finalmente, e relativamente a um dos capítulos finais, que aponta para as responsabilidades contingentes, a Senhora Vereadora reparou que as mesmas ascendem a 56 milhões de euros. Ora, uma vez que as GOP atingem os 69 milhões de euros, parece-lhe que o investimento para o próximo ano poderá ser colocado em causa. Gostaria, por isso, que lhe explicassem como é que, se alguma destas situações se vierem a verificar, como é que estas situações se resolvem e compatibilizam com os restantes projetos.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** deixou uma nota prévia relativamente à distribuição em papel do documento, dizendo que tal foi ponderado mas optou-se por não o fazer, dado o volume considerável de papel e a possibilidade deste ainda vir a sofrer alterações. Após esta reunião, será então feita a distribuição da versão final, em papel. Relativamente às GOP, disse que se trata de 106 milhões de euros e naturalmente que um orçamento desta dimensão implica uma discussão séria e profunda, com todos os serviços envolvidos e com todos os responsáveis pela sua posterior execução. Dado o pouco tempo disponível para tal, houve necessidade de acelerar essa discussão mas, ainda assim, ouvindo todas as partes envolvidas. Foram feitas reuniões setoriais com todos os vereadores com pelouros distribuídos e respetivos dirigentes, reuniões com os presidentes das juntas de freguesia e surgiam a cada instante novas alterações a introduzir, novas propostas a considerar e a integrar no Orçamento. Neste contexto, não pode deixar de congratular os serviços financeiros da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), que trabalharam dia e noite para que hoje fosse possível apreciar este documento final. Frisou que os SMTUC só tiveram Conselho de Administração no final de novembro, o que significa que tiveram cerca de 15 dias para preparar, discutir e aprovar o seu Orçamento. Portanto, dadas todas estas contingências, foi feito um grande esforço para que o Município de Coimbra tenha um orçamento até ao final deste ano civil. A Senhora Vereadora disse ainda que a questão da previsão dos 10 euros em algumas rubricas já foi explicada pelo Senhor Vice-Presidente. Há muitas ações/programas que não necessitam de dotação inicial, necessitam de estar abertas para depois poderem ser executadas. O caso do Orçamento Participativo é disso um exemplo. Está previsto no orçamento para 2018 haver uma experiência inicial de orçamento participativo. A verba prevista é de 150 mil euros para a dinamização do Centro Histórico. É algo que o Município de Coimbra nunca fez, é uma nova experiência mas até ser necessária a dotação há todo um trabalho que é preciso fazer, nomeadamente elaborar um Regulamento, criar uma plataforma... ou seja, até se chegar à dotação, os 10 euros chegam. Em abril, aquando da apresentação de contas de 2017, poder-se-á então, se for



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

caso disso, fazer um orçamento retificativo e ajustá-lo às necessidades efetivas dos vários serviços. Isto aplica-se ao Orçamento Participativo como se aplica a outros projetos e ações previstas.

O orçamento para 2018 representa um aumento de 12,3% face ao orçamento do ano anterior. O acréscimo deve-se essencialmente à receita que se prevê arrecadar dos fundos europeus, que se cifra em cerca de 22 milhões de euros, o que espelha bem o dinamismo da Autarquia nesta matéria. Por outro lado, prevê-se uma poupança corrente de cerca de 25 milhões no seguimento do compromisso de eficiência e modernização dos serviços. As GOP registam uma previsão de despesa de quase 70 milhões de euros, mais 27,5% do que no ano passado, colocando o enfoque nas grandes obras de reabilitação urbana, na função social do transporte (que representa uma forte estratégia deste Executivo, com mais de 10 milhões de euros previstos), nos equipamentos e infraestruturas estruturantes. A descentralização e apoio às freguesias representa um investimento de mais de 4 milhões de euros, investimento consensualizado em sede de reunião com todos os Presidentes das Juntas. Pode efetivamente ainda não ser suficiente mas ainda assim representa um aumento de quase 1% relativamente ao ano anterior. Terminou afirmando que evidentemente que não há orçamentos perfeitos, estes representam sempre opções estratégicas dos Executivos mas este documento, no contexto atual, é o que lhe parece o possível e o melhor face à estratégia definida.

Nesta altura, o Senhor **Presidente** colocou à votação o documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra” e respetivos anexos – Autorização para Celebração de Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniãos e Juntas de Freguesia; Norma de Controlo Interno; Regulamento Interno de Fundos de Maneio; Mapa de Pessoal para 2018; Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA). Informou que parte desta Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso será revogada já em janeiro de 2018 mas nesta fase do processo deve remeter-se à Assembleia Municipal a referida autorização prévia na medida em que, a confirmar-se a promulgação do Orçamento de Estado para 2018, na Câmara Municipal de Coimbra vão manter-se os procedimentos de controlo contidos na referida Lei, embora sem serem imperativos. Isto porque a partir de janeiro a LCPA é exclusivamente aplicada aos municípios que caíam na alçada do FAM – Fundo de Apoio Municipal. De qualquer modo, o objetivo dos serviços é reduzirem o prazo de pagamento de faturas a terceiros/fornecedores. Ou seja, um município que caía em situação de rutura financeira tem duas consequências diretas: fica obrigado a cumprir o que está disposto na LCPA e fica obrigado a disparar as taxas de fiscalidade (IMI e afins) para a taxa máxima.

O Senhor **Vereador Paulo Leitão** questionou, sobre o Mapa de Pessoal, se é devido às futuras competências que poderão vir a ser assumidas pelo Município de Coimbra o valor elevado das necessidades de dotação de pessoal – cerca de 300 trabalhadores a mais.

O Senhor **Presidente** afirmou que há agora uma porta aberta para uma parte das situações de vínculo precário (por exemplo, nas escolas) serem regularizadas. O processo legislativo está a decorrer. A área da Educação é, neste âmbito dos recursos humanos, especialmente frágil, em resultado das restrições anteriormente impostas. O princípio geral é o de que os encargos que decorram de novas atribuições têm de ser desonerados dos limites que hoje existem. Este é o princípio geral no âmbito da descentralização. Quer os contratos de financiamento que sejam necessários para efeitos das novas competências, quer a contrapartida nacional (no caso de ser financiamento de fundos europeus), quer os recursos humanos necessários para executar essas novas tarefas, têm de ser segregados do estado atual, defendeu, acrescentando, no entanto, que as negociações no âmbito da descentralização ainda decorrem. Os recursos humanos, materiais e financeiros têm de acompanhar a descentralização. Neste momento decorre o processo político de negociação. Logo que esse processo legislativo/debate político termine, haverá necessidade de fazer uma revisão orçamental reajustada. A Câmara Municipal de Coimbra tem falta de pessoal em várias áreas, nomeadamente no setor de higiene e limpeza, assim como necessita de rejuvenescer os seus quadros, frisou.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim e com base na informação n.º 45130, de 18/12/2017, elaborada pela Divisão de Planeamento e Controlo e parecer do Diretor do Departamento Financeiro, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 104/2017 (20/12/2017):*

- **Aprovar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e Decreto – Lei n.º 814-A/2002, de 5 de Abril, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, no total de 106.339.849 € na Receita e na Despesa, dos quais 84.896.423 € (80%) respeitam a Receitas Correntes e 21.443.426 € (20%) a Receitas de Capital e, quanto às Despesas, 58.933.083 € (55%) a Despesas Correntes e 47.406.766 € (45%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 35.124.922 € as AMR 34.501.396 € e as GOP 69.626.318 €, para posteriormente serem aprovadas pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- **Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - Competências de apreciação e fiscalização, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;**
- **Aprovar a Norma de Controlo Interno, nos termos do n.º 2.9.10. do POCAL e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- **Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio (incluído no art.º 48.º da NCI), em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11. do POCAL;**
- **Submeter, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do art.º 6º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, à aprovação pela Assembleia Municipal pedido de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA);**
- **Submeter, nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro o Mapa de Pessoal para 2018.**

Os documentos acima referidos, dada a sua extensão, ficam apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Paulo Leitão, Paula Pêgo, José Silva e Ana Bastos e absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós. O Senhor Presidente que fez uso do voto de qualidade.

### Justificação de Voto dos Senhores Vereadores da Coligação Mais Coimbra:

*“Os Vereadores eleitos pelo PSD votam contra as GOP e o orçamento proposto para 2018 da Câmara Municipal de Coimbra e Anexos pelo facto de não ter sido cumprido o prazo legal para a disponibilização da ordem do dia e respetivos documentos de suporte, na medida em que foram entregues no dia 18/12/2017, à tarde.”*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Justificação de Voto do Senhor Vereador Francisco Queirós:

*“Em início de mandato, a proposta das GOP e Orçamento para 2018 do executivo do PS na Câmara de Coimbra mantém no essencial as características dos anteriores. Continua marcada pelos graves constrangimentos que ao longo dos tempos sucessivos governos traçaram contra a autonomia do poder local. Esta proposta é, desde logo, como caracterizámos GOP e Orçamentos anteriores, condicionada pela subtração de meios ao nível do financiamento das autarquias, pela criação de normas e preceitos legais que limitam a capacidade de execução e de intervenção dos órgãos autárquicos.*

*Para além destes constrangimentos diversos, comuns a todos os municípios, da responsabilidade de diferentes governos, embora particularmente agravados pelo anterior governo de direita, no Concelho de Coimbra, a gestão municipal pautou-se nos últimos anos e no anterior mandato por um centralismo presidencialista paralisador de serviços, longe das nossas conceções e práticas, não respondendo em tempo útil aos cidadãos e que afastou os munícipes da participação política. Agora que se inicia um novo mandato, esperamos que se altere profundamente esse cenário. A CDU continuará como sempre a pugnar pela transparência de procedimentos e decisões, pela discussão coletiva no quadro da colegialidade dos órgãos, promovendo-se a celeridade nas decisões e a proximidade aos munícipes.*

*A proposta de GOP e Orçamento para 2018 não corresponde às grandes linhas de orientação política que a CDU defende desde sempre. Esta proposta consubstancia opções do executivo do PS com as quais não nos identificamos. Consideramos que não é este o caminho certo para a política de desenvolvimento do concelho de Coimbra.*

*A proposta do Partido Socialista continua, como aliás e desde há muito tem sido opção dos diversos executivos municipais, a ter uma lógica de gestão centralizadora. No conjunto de propostas para o concelho, nas opções tomadas não se vislumbra um modelo coerente de desenvolvimento de Coimbra. Assim, não há, com evidência, grandes opções que sejam âncoras ou peças de um modelo global e integrado de desenvolvimento de Coimbra, pensado para o futuro. O reforço do investimento, sendo à partida positivo, resulta da comparticipação no âmbito de vários programas europeus, parece não passar da concretização de obras desgarradas por falta de um fio condutor, de linhas de orientação claras de uma política concelhia. Não se dá ainda a importância devida às freguesias, dotando-as dos meios necessários para a concretização dos seus planos de intervenção, o que só será possível com um aumento mais significativo das verbas destinadas para a Descentralização e Apoio às Juntas de Freguesia.*

*A CDU insiste em que nesta matéria é necessário dar um salto significativo. Dotando as freguesias de verbas muito superiores aos cerca de 3 milhões agora previstos. É fundamental que se caminhe para alcançar o patamar de 10% na transferência de verbas para as freguesias. Registe-se ainda ao aumento de verbas em sede de GOP, terá de ser acompanhado pela garantia e concretização na prática o apoio dos serviços competentes do município na elaboração dos projetos para o seu possível início em tempo útil, ou seja, até ao final do primeiro trimestre de 2018. A CDU bater-se-á para que assim aconteça. Assume-se, e bem, a transferência de 1% do valor da colecta de IMI para as freguesias. Sublinhe-se o papel determinante dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal durante o anterior mandato para a sua concretização. Consideramos que não há quaisquer elementos que possam prever a redução do valor a coletar, pelo que no mínimo o valor a transferir para as freguesias deveria ter como base o valor do ano de 2017. Contudo, ainda assim também não é entendível o valor de facto inscrito que não corresponde a 1% da projeção. Exige-se que a transferência seja de facto no valor correspondente aquela percentagem, deste modo é esse valor previsível que deve constar do documento.*

*No respeitante ao Programa 02 008 “Aeródromo Municipal Bissaya Barreto” propõe-se a transformação deste equipamento num aeroporto civil comercial para receber tráfego internacional “charter” e “low cost”, que se afirma será uma peça crítica para a atratividade da cidade. Anuncia-se ainda que recorrendo a fundos europeus, este importante investimento representará para a Câmara um custo entre 1,5 milhões e 2 milhões euros. Perguntamos que estudos existem relativamente às questões técnicas para o cumprimento*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*deste objetivo, quanto à sua viabilidade financeira, aprovação pelas entidades competentes, etc. Na verdade, parece-nos um voo sem pés assentes na realidade do concelho, da região e do país.*

*Em matéria da política cultural não basta reforçar um ou outro apoio a iniciativas culturais. A política cultural do concelho, muito mais que de uma política de apoios (necessários) requer uma visão global, envolvendo todos os seus parceiros e atores, como temos sempre pugnado.*

*No objetivo 04, Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento, da comparação entre os valores de 2017 e 2018, verifica-se que existe um aumento significativo para 'Animação' (04 005), assim como nas 'Iniciativas Culturais Relevantes' (04 006). Porém, existe do mesmo modo, um decréscimo significativo dos 'Apoios ao Associativismo Cultural', pelo menos e para já no que respeita a valores definidos.*

*Certamente que em ano de crescimento de investimento na área da cultura e património, não se irão diminuir os apoios aos agentes culturais da cidade. Note-se que neste elenco não há um único ponto dedicado ao desenvolvimento da atividade cultural.*

*Notamos com preocupação que relativamente à descrição dos projetos e ações necessários ao desenvolvimento do objetivo “Afirmção da Cultura (página 33) se repete a designação de algumas instituições e se omitem outras. Qual a razão para aqui não ser referida uma instituição fundamental na vida cultural da cidade, a “Escola da Noite”? Não podemos sequer equacionar a hipótese de haver alguma intencionalidade face à inexistência ainda de acordo ou protocolo celebrado entre a Câmara e estes agentes culturais, só podendo tratar-se de um erro por esquecimento.*

*É necessário e urgente levar mais longe a reabilitação urbana. Esta tem de ser uma das prioridades, aproveitando os mecanismos e programas disponíveis. Programas como “Reabilitar para Arrendar”, quer na vertente destinada a arrendamento apoiado, quer para habitação acessível com custos controlados para realojamento com renda condicionada são instrumentos que a autarquia já utiliza e deve intensificar. O mesmo se refere para candidaturas consequentes inseridas no PEDU ou em outros programas no âmbito do Quadro Portugal 2020. A aquisição de imóveis com especial incidência no Centro Histórico para após reabilitação colocar a arrendamento ou venda a custos controlados tem de ser uma das principais opções. Regista-se como positivo o aumento de verbas a afectar à Promoção da Habitação e à Reabilitação Urbana que resulta de candidaturas a programas específicos.*

*Em relação à política de transportes públicos, a que se dará atenção mais pormenorizada em sede de discussão das GOP e Orçamento dos SMTUC, têm de se prosseguir, consolidar e reforçar meios materiais e humanos para o cumprimento de uma função social primordial que tem de ser sempre garantida na esfera pública pelo município numa lógica de modernização, fiabilidade, alargamento da oferta, possibilitando a todos os munícipes sem excepção a possibilidade de usufruírem deste serviço. Há assim que continuar a apostar no transporte público, afastando os SMTUC de vez do caminho para a degradação e abismo a que foi conduzido até ao início do anterior mandato autárquico.*

*Dada a alteração a nível nacional do quadro legal, designadamente através das Leis do Orçamento Geral do Estado desde 2016, que abriram algumas, ainda que tímidas, possibilidades de contratação de pessoal, há que romper com o processo de redução e envelhecimento do pessoal das autarquias. Esse processo foi intencional, visava a paralisação dos serviços públicos, a sua condenação pelos cidadãos para facilitar a abertura a interesses privados. Como sempre defendemos, devemos e é urgente, em matéria de pessoal autárquico, reforçar as unidades orgânicas, com particular acuidade para os sectores mais carenciados, que prestam serviços essenciais à população, como são os sectores da higiene, parques e jardins, obras, transportes, bombeiros municipais e outros. Foram dados passos neste sentido com a abertura de concursos de admissão de pessoal. Mas são ainda insuficientes, têm que ser continuados e reforçados, até à reversão da externalização de serviços fundamentais.*

*Saliente-se ainda a necessidade – que não se vê devidamente encarada – de suprir as enormes carências ao nível de materiais e equipamentos de diferentes serviços da autarquia, designadamente os mesmos anteriormente elencados com falta de pessoal, para dar responder às exigências da população.*

*Relativamente ao objetivo 05 - Cidade Educativa, do Desporto e da Juventude colocam-se-nos algumas dúvidas. Qual a razão para o subfinanciamento do Pré-Escolar? E ao quanto ao programa 05 007,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*questionamos as políticas de Juventude ou para a Juventude deste Concelho, onde não há um Conselho Municipal de Juventude. Desde logo tal ausência de pensamento nesta área traduz-se na própria designação do programa: “Juventude, Lazer e Prevenção de Toxicodependências”. Condenamos firmemente a associação da Juventude às toxicodependências, quando ao invés deviam ser equacionadas políticas positivas compatíveis com a força, a esperança, o dinamismo e a capacidade criativa dos mais jovens.*

*Questionamos aqui o que se pretende com o objetivo/ programa 06 001 – Coimbra, Cidade Promotora de Saúde. Está a Câmara a preparar-se para receber delegação de competências do estado central nesta área, no âmbito da futura Lei-Quadro da Descentralização e da alteração à Lei das Finanças Locais? Como é conhecido, e por diversas vezes o manifestámos, somos contrários a essa delegação de competências, que independentemente de valores a alocar, deverão caber ao Estado central.*

*Temos a consciência de múltiplos constrangimentos, a que já referimos, que tornam apertados os espaços para a concretização das políticas de desenvolvimento que urge executar e que devam ter correspondência nas opções das GOP e Orçamento. Contudo, e embora reconhecendo alguns passos positivos, embora tímidos, em áreas fulcrais, já anteriormente referenciados, consideramos que com os mesmos meios era possível trilhar outro caminho bem diferente deste que compromete o desenvolvimento do concelho.*

*A CDU, criticando opções do PS tomadas num quadro de gestão e de definição de políticas para o concelho que não são as que defende, não votará favoravelmente as GOP e o Orçamento para 2018 do Concelho de Coimbra.”*

### Justificação de Voto dos Senhores Vereadores do Movimento Somos Coimbra:

*“O Movimento Somos Coimbra recebeu os extensos documentos das GOP e do Orçamento da CMC para 2018, bem como a restante documentação de apoio, apenas 48 horas antes da reunião extraordinária da Câmara para discussão e debate dos mesmos, sendo impossível analisá-los com o detalhe que os mesmos e o Concelho mereceriam e merecem.*

*Sendo certo que foi cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, não é menos verdade que não foi solicitada qualquer contribuição aos vereadores do Movimento Somos Coimbra para a elaboração das GOP e do Orçamento.*

*Para além do mais, a visão plasmada nas GOP, essencialmente na gestão corrente e de realização de algumas obras desgarradas e sem orientação de um conceito estratégico global de cidade e de concelho, não é a adequada às necessidades e características de Coimbra e à ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus munícipes e nem sequer desenha um caminho de futuro nem aproveita e/ou potencia o enorme capital humano, cultural, científico, geográfico, histórico e patrimonial do concelho de Coimbra.*

*Ainda assim, o Movimento Somos Coimbra faz questão de apresentar formalmente 15 propostas que, entre muitas outras que poderia elencar, considera que deveriam ter enformado a elaboração das GOP e do Orçamento para 2018, pelo contributo positivo para a qualidade de vida das pessoas e como forte estímulo ao desenvolvimento do concelho. Infelizmente, estas propostas não estão consideradas ou não estão desenvolvidas de forma conveniente, com sérios prejuízos para o futuro do concelho.*

*São as seguintes as propostas apresentadas agrupadas por grandes temas:*

#### **QUALIDADE, RIGOR E TRANSPARÊNCIA:**

- Retomar a certificação externa de qualidade da Câmara, o que implica auditorias externas, e integrar a Rede de Autarquias Participativas, com uma melhoria global do funcionamento e resposta da Câmara.*
- Como autoavaliação pedagógica, racionalização da gestão e correção orçamental, deverá ser aplicado o conceito de “orçamento de base zero” de forma prudente, faseada e sectorialmente ao longo do período de mandato, metodologia já estudada pela CMC.*

#### **DESENVOLVIMENTO E EMPREGO**

- Aumento em 50% das transferências das Juntas de Freguesia*
- Dinamizar e tornar competitivos o iParque e as zonas industriais*
- Redução da Derrama e de Taxas e dinamização efetiva do Gabinete de Apoio ao Investidor*





## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*- Gerir com rigor e em diálogo, dinamizar a cultura, a ciência e o turismo, aumentar a taxa de ocupação e rentabilizar o Convento São Francisco/Centro de Congressos*

### **MOBILIDADE E TRANSPORTES**

- Semaforização da rotunda do Almeque (trabalho junto com a IP)*
- Lançar construção do Anel da Pedrulha para descongestionar a Casa do Sal*
- Dinamizar estudos de integração do Sistema Metro do Mondego no espaço urbano*

### **URBANISMO E CENTRO HISTÓRICO**

- Plano integrado de Revitalização para a Baixa (“plano Marshall”) com um forte investimento e um programa global de reabilitação urbanística (com arrendamento a custos controlados), patrimonial, comercial, turística e cultural, de acessibilidades e de redução das taxas e taxinhas que a asfixiam*
- Início do processo de estudo da recuperação do Bairro Social Fonte do Castanheiro, com venda de habitações aos residentes que as queiram adquirir e recuperar*
- Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação/redução de taxas urbanísticas e de ocupação do espaço público*

### **CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA**

- Orçamento participativo de 500000 euros*
- Rede pedonal e ciclável ao longo do Mondego em todo o concelho de Coimbra*
- Construção de piscinas fluviais no Mondego*

*Considerando todos os pressupostos acima resumidos e sem negar alguns aspetos positivos, melhorias e necessidades neles previstos, o Movimento Somos Coimbra não pode deixar de votar contra as GOP e o Orçamento para 2018, pois a sua filosofia, princípios e estratégia de gestão da Câmara, de valorização profissional dos seus trabalhadores e de desenvolvimento da cidade/concelho e de melhoria da qualidade de vida das pessoas são substantivamente distintos.”*

## **PONTO II. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**

### **II.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018**

Em cumprimento do despacho n.º 50/PR/2017, de 30 de outubro de 2017, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, foram apresentadas, através do registo n.º 91913, de 14/12/2017, as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 13 de dezembro de 2017.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** disse que o objetivo fundamental presente no documento que hoje se apresenta à Câmara é o aumento do número de passageiros, associado ao aumento das receitas próprias. Para tal, há três aspetos que são fundamentais: o concurso da concessão de transportes para todo o concelho, através da Autoridade Municipal de Transportes; parques periféricos e retoma do sistema Ecovia para descongestionar o centro da cidade; articulação com o futuro sistema MetroBus. Sobre o tarifário para 2018, frisou que se mantém o não aumento: desde 2012 que não há aumento do tarifário, o que é claramente uma forma de apoio social. Há um investimento previsto de 10 milhões 847 mil euros em 10 autocarros elétricos, cujo concurso está em execução. Referiu-se ainda à questão da integração tarifária, envolvendo todos os operadores; ao desenvolvimento do processo Wi-Fi nos autocarros, fundamental para captar os utentes mais jovens e à melhoria das condições dos espaços oficinais e de manutenção dos SMTUC. Afirmou que há uma aposta clara na manutenção preventiva, através de um processo que está a ser desenvolvido com uma startup do Instituto Pedro Nunes e cujo programa já está instalado em 90 autocarros da frota. Salientou igualmente a informação em tempo real, através dos painéis instalados nas paragens e também nos autocarros. Relativamente ao Mapa de Pessoal dos SMTUC, espera uma clara resposta às necessidades na área operacional (motoristas/agentes únicos e pessoal das oficinas). A idade média da frota dos SMTUC é 13,80, em 2016 era de 16,20. Esta redução da idade média da frota é, naturalmente, fruto do investimento que foi



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

feito nos últimos quatro anos. Em relação à taxa de imobilização, há uma previsão para 2018 na ordem dos 15%. Esta taxa era em 2015 de 20,3%. Houve, portanto, uma redução significativa, constatou. Disse que os troleicarros contribuem muito para a idade média elevada da frota. Disse que depois de concluída a operação de substituição de postes e de melhoria da segurança da rede de tração, iniciada há alguns meses, os troleicarros em 2018 voltarão a circular. Em suma, julga que este é um orçamento realista e equilibrado, na lógica fundamental da manutenção do serviço público municipal de transportes urbanos. O investimento que a Câmara Municipal vai ter de fazer para manter este serviço público municipal é grande e permitirá aos SMTUC manter não só a qualidade do serviço prestado como também o nível de investimento na frota.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que foi com agrado que viu o orçamento para 2018 dos SMTUC, na medida em que este prevê uma série de sistemas de inovação e requalificação da própria frota, o que considera extremamente positivo. Questionou qual a percentagem de cobertura dos autocarros com GPS atualmente, tendo em conta a ideia de centralização de controle do serviço, e para quando está previsto ter toda a informação online nas paragens e nos autocarros.

A Senhora **Vereadora Paula Pêgo** disse que gostaria de deixar uma palavra de apreço ao orçamento dos SMTUC e deixou apenas um pequeno reparo: seria útil que, tal como acontece com o orçamento do Município (por exemplo, relativamente ao IMI já cobrado), no dos SMTUC viesse discriminada a receita que já foi cobrada até, por exemplo, outubro de 2017. A taxa de imobilização e a taxa de envelhecimento da frota decresceram, sobretudo com o reforço da manutenção preventiva e reativa e com a aquisição de novas viaturas mas, na sua opinião, ainda continuam altas. Há, neste orçamento, um aumento da receita por título de transporte mas uma diminuição do número de passageiros. Portanto, se o tarifário não aumenta em relação a 2017 não percebe como é que há menos passageiros a circular com o preço dos mesmos títulos e isso aumenta a receita por título (e não a parte do estacionamento).

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** sublinhou que está a ser trilhado o caminho certo, que é o da inversão do rumo a que tinham chegado os serviços municipalizados de transportes urbanos de Coimbra até 2013. Agora é evidente o esforço na modernização da frota e de um conjunto de equipamentos. Há uma aposta evidente no serviço público e social de transportes. Está ciente de que muitos dos frutos deste trabalho demoram a alcançar mas não tem dúvidas da importância desta aposta para o desenvolvimento económico e social do concelho.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** respondeu à Senhora Vereadora Ana Bastos que a cobertura de GPS nos autocarros ultrapassa os 90% e, relativamente à informação em tempo real, disse que os projetos estão a ser desenvolvidos e, gradualmente, essa informação vai sendo atualizada. Disse que os painéis informativos dentro dos autocarros poderão ter, inclusive, uma função divulgadora das iniciativas de natureza municipal. Quanto às taxas médias de imobilização e de idade da frota, disse que elas têm descido efetivamente, fruto, por exemplo, dos 30 autocarros que foram adquiridos durante o mandato 2013-2017. Relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora Paula Pêgo, sobre a discriminação da receita cobrada, disse não estar no momento em condições de lhe dar uma resposta completa mas que o faria assim que possível.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 105/2017 (20/12/2017):*

- **Aprovar os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2018, constituídos pelas Grandes Opções do Plano (GOP) que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Orçamento para 2018, a Norma de Controlo Interno, a Autorização Prévia no âmbito da LCPA, o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, a**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Descrição de Responsabilidades Contingentes e a Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais;**

- **Enviar à Assembleia Municipal para aprovação.**

Os documentos acima referidos, dada a sua extensão, ficam apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Francisco Queirós, José Silva e Ana Bastos. Votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu e Paulo Leitão e absteve-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo.

#### Justificação de Voto dos Senhores Vereadores da Coligação Mais Coimbra:

*“Os Vereadores eleitos pelo PSD, Madalena Abreu e Paulo Leitão, votam contra e a Senhora Vereadora Paula Pêgo abstém-se nas GOP e orçamento proposto para 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra pelo facto de não ter sido cumprido o prazo legal para a disponibilização da ordem do dia e respetivos documentos de suporte, na medida em que foram entregues no dia 18/12/2017, à tarde.”*

### **II.2. Mapa de Pessoal para 2018**

Através do registo n.º 91911, de 14/12/2017, é apresentada proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2018, aprovada pelo Conselho de Administração do Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra em 13 de dezembro 2017.

*Deliberação n.º 106/2017 (20/12/2017):*

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2018;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para aprovação.**

O documento acima referido, dada a sua extensão, fica apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Francisco Queirós, José Silva e Ana Bastos, votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu e Paulo Leitão e absteve-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo.

#### Justificação de Voto dos Senhores Vereadores da Coligação Mais Coimbra:

*“Os Vereadores eleitos pelo PSD, Madalena Abreu e Paulo Leitão, votam contra e a Senhora Vereadora Paula Pêgo abstém-se relativamente ao mapa de pessoal para 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra pelo facto de não ter sido cumprido o prazo legal para a disponibilização da ordem do dia e respetivos documentos de suporte, na medida em que foram entregues no dia 18/12/2017, à tarde.”*

Neste momento ausentou-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo.

### **PONTO III. AC, ÁGUAS DE COIMBRA, EM.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### III.1. Proposta de Tarifário de Águas e Saneamento para 2018

Pela “AC, Águas de Coimbra, EM”, foi apresentada proposta de Tarifário de Águas e Saneamento para 2018.

O Senhor **Presidente** explicou que esta proposta consubstancia-se numa decisão que foi tomada com algum risco. Existe um contencioso entre o Município de Coimbra e a empresa Águas do Centro Litoral, que decorre em tribunal com uma providência cautelar interposta. A empresa Águas do Centro Litoral continua a intentar cobrar, por via do saneamento, valores incompreensíveis, visto não ter feito os investimentos na rede em alta a que está obrigada. A Assembleia Geral da Águas do Centro Litoral ainda não ocorreu e o processo corre em tribunal, pelo que aguarda desenvolvimentos. Já foi informado, no entanto, que a dita empresa irá aumentar o preço da água por metro cúbico recebida para consumo humano. Ainda assim, fez-se um esforço no sentido de não aumentar o preço da água nem do saneamento, mantendo-se o tarifário que está em vigor. Frisou que não se pode excluir a hipótese de, no final do exercício do ano económico de 2018, haver necessidade de reintegrações, embora a expectativa seja que não. Frisou que o novo sistema de leitura tem ajudado os clientes a pouparem água. Metade dos contadores estão já equipados com os dispositivos que permitem alertar os consumidores para anomalias estatisticamente identificadas, falta agora equipar os restantes, o que acontecerá durante o ano de 2018.

O Senhor **Vereador Paulo Leitão** disse que o Estatuto da Entidade Reguladora e a Lei das Finanças Locais estabelecem que este tarifário tem de ter parecer prévio da ERSAR, que não consta da documentação a que teve acesso. O Senhor **Presidente** esclareceu que a obrigação é apenas a de comunicar o tarifário. O Senhor **Vereador Paulo Leitão** insistiu, dizendo que em anos transatos a ERSAR inclusive respondia indicando que o tarifário estava conforme à Lei e esse parecer já vinha incluído na documentação para a reunião da Câmara Municipal. Aliás, a própria informação técnica que acompanha o tarifário diz que o que a Lei diz é que “*as tarifas municipais são sujeitas a parecer da entidade reguladora, que atesta a sua conformidade com as disposições legais e regulamentos em vigor*”.

O Senhor Vereador referiu-se ainda à questão dos municípios que quiseram reverter as agregações, relativamente aos quais a tutela autorizou o retorno para as anteriores empresas. Disse que foi publicado um despacho do atual ministro do Ambiente ordenando a suspensão da litigância em tribunal e que fossem questionados os municípios envolvidos sobre se querem reverter os anteriores processos de agregação. Questionou por que razão Coimbra não o fez, tendo o Senhor Presidente respondido que esse processo está a decorrer. O Senhor Vereador questionou o Senhor Presidente se tem ideia de quanto tempo demorará este processo em tribunal. Relativamente à taxa de recursos hídricos, disse que, quando comparada com o ano anterior, verifica-se que no ano anterior a taxa foi 0€ e este ano o valor estimado é de 8.8 cêntimos. A taxa, no saneamento, é um valor por metro cúbico ponderado após uma série de questões ligadas ao tratamento. A questão que coloca é se esta taxa é aferida pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, é cobrada à entidade em alta e é revertida na AC - Águas de Coimbra, EM que, por sua vez, faz repercutir no consumidor final. Ou seja, no final de cada ano, quando é apurado o valor final, a empresa deveria fazer repercutir o diferencial no consumidor final e o que tem acontecido, ano após ano, é que quando há saldo positivo no ano a seguir reduz ou é zero (como no ano de 2017). Em termos de metodologia desta taxa, julga que a que a AC - Águas de Coimbra, EM está a seguir talvez não seja a mais correta do ponto de vista legal, porque o acerto deve ser feito no próprio ano, no mesmo exercício económico, e não no ano seguinte.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que, relativamente à mencionada omissão do parecer da ERSAR sobre o tarifário da Águas de Coimbra, é referido na informação técnica que a ERSAR estará em falta. Lembrou uma resolução da Assembleia da República de 11 de janeiro de 2013 que se prende com a



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

tarifa de resíduos sólidos, que acompanha o consumo da água, e que tem sido objeto de grandes críticas. Perguntou, em relação ao Município de Coimbra, qual é o ponto da situação.

O Senhor **Presidente** garantiu que se iria informar melhor e reportar-lhe-ia sobre o assunto, mas disse que só poderá haver equidade após identificar a localização dos contadores e o destino da água. A telegestão vai permitir grandes avanços a este respeito no universo do Município de Coimbra.

*Deliberação n.º 107/2017 (20/12/2017):*

- **Aprovar a proposta de Tarifário para 2018 da AC, Águas de Coimbra, E.M., a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata, fazendo parte integrante da mesma.**
- **Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, José Silva e Ana Bastos, votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu e Paulo Leitão e absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós.

Antes de encerrar os trabalhos o Senhor **Presidente** desejou boas festas a todos os presentes, convidou-os a participarem na Festa de Fim de Ano na Baixa da cidade e informou que a primeira reunião do Executivo do ano de 2018 se realizaria a 8 de janeiro, pelas 15 horas.

E sendo dezanove horas e trinta minutos o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 08/01/2018 e assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento de Administração Geral, Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete.

O Presidente da Câmara Municipal,

---

(Manuel Augusto Soares Machado)

A Secretária,

---

(Rosa Maria da Conceição Casalta Batanete)

*Dat: GM/GL/PS  
Conf: RB  
Serviço Emissor: DAAOM*